

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**  
**REQUERIMENTO N.º de 2009**  
**(Do Sr. Ricardo Quirino)**

**Requer a realização de  
audiência pública com a  
finalidade de debater a  
situação da saúde mental  
dos idosos no Brasil.**

Senhor presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para **debater a situação da saúde mental dos idosos no Brasil**, com a presença dos seguintes convidados:

- Coordenador do Programa de Saúde Mental do Governo Federal, Pedro Gabriel Godinho Delgado;
- Dr. Carlos Augusto Nasciutti Veloso, Diretor do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Paranoá, no Distrito Federal;
- Jornalista Renata Mariz, do Jornal Correio Braziliense;
- Membro do Ministério Público Federal que atua na área de saúde mental;
- Representante da área de saúde mental da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro;
- Um pesquisador do assunto, a ser indicado posteriormente

**Justificação**

Existe em nossa sociedade a preocupação em garantir os direitos fundamentais de todos os cidadãos e em especial os idosos. Porém não

basta apenas termos os direitos constitucionalmente garantidos se não houver a eficácia deles. O direito a saúde do idoso deve ser tratado com primazia por ser essencial para o pleno exercício da cidadania.

Nessa análise surge a preocupação com a situação da saúde mental dos idosos e sobre como está sendo desenvolvido o tratamento desses pacientes.

A revolução psiquiátrica brasileira, iniciada na segunda metade do século XX, permitiu que no ano de 2001, fosse sancionada a Lei Federal 10.216 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Certamente é significativo o número de idosos que se encontram acometidos por doenças mentais e são tratados pela atual Política Nacional de Saúde Mental.

Esta audiência tem como objetivos tratar sobre aspectos da saúde mental dos idosos, conhecer a participação social e familiar e identificar o que é possível fazer para melhorar e ampliar os trabalhos que já vêm sendo realizados nessa área.

Acreditamos que está na hora de esta Casa retomar os necessários debates para tratar da questão, até mesmo para que avaliemos o que foi e o que está sendo feito desde 2001, motivo pelo qual solicito o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 1º de julho de 2009.

**Deputado Ricardo Quirino**